



Comissão aprova relatórios do Orçamento 2005 e da revisão do PPA 2004/2007

Após a realização da audiência pública, na manhã do dia 24, para discutir o Orçamento 2005 e o PPA 2004/2007, a Comissão de Finanças, presidida pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL), realizou reunião ordinária onde foram aprovados os relatórios preliminares do Orçamento 2005 e da revisão do PPA 2004/2007, tendo como relatores os deputados César Cim (PDT) e Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), respectivamente.

Ficou definido que no dia 6 de dezembro encerra-se o prazo para a apresentação das emendas ao Orçamento 2005. No dia 9, numa reunião extraordinária da Comissão de Finanças, serão votados os relatórios definitivos, com a publicação dos pareceres. A previsão é de que sejam incluídos na Ordem do Dia para votação em Plenário no dia 14. Foi mantida a obstrução das votações em Plenário, iniciada na semana passada pelas bancadas de oposição ao governo estadual (PP, PFL e PT).

Página 7



(foto Carlos Kilian)

Deputados da Comissão de Finanças reclamaram do esvaziamento da audiência pública

Artistas entregam Projeto Som da Gente

(foto Carlos Kilian)



Músicos acreditam na concretização da sua proposta

Na comemoração do seu dia (22/11), e de sua padroeira, Santa Cecília, em evento especial no Plenário Osni Régis, músicos catarinenses entregaram às presenças da Alesc e do BESC um projeto de apoio à produção e divulgação de CDs.

Página 2

Criação de delegacias especiais

Proposta de criação das delegacias destinadas especificamente às investigações de crimes contra homossexuais será remetida à Secretaria Estadual da Segurança Pública. O anúncio

foi feito pelo presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) em audiência pública realizada na noite da última terça-feira (23).

(foto Solon Soares)



Encontro contou com a apresentação de escola de samba da capital

Nada além de uma ilusão

O governador Luiz Henrique da Silveira retorna do Velho Mundo trazendo "presente grego" para os cidadãos e as prefeituras: prepara a privatização da SC Gás, a extinção de empresas, a fusão de secretarias, a venda de prédios, a municipalização do terminal rodoviário da capital e a transferência dos órgãos culturais - Teatro Álvaro de Carvalho, Centro Integrado de Cultura, Casa de Hercílio Luz, Museu Açorianos de São Miguel, e outros, para os municípios. Não quer gastar dinheiro com cultura popular e deseja livrar-se de alguns órgãos que funcionam, para reforçar - por toda Santa Catarina - as famigeradas secretarias de Desenvolvimento Regional.

As SDRs, 29 cabides de emprego para companheiros não eleitos criados no início do período, que se podem tornar 30, não têm uma obra inteiramente sua para mostrar ou um serviço para apontar. Mas, à custa de muita propaganda paga, são tratadas como a espinha dorsal do governo. O que, de certa forma, faz sentido, uma vez que a administração se ocupa única e exclusivamente de fazer política.

O governo está parado, a polícia ameaça entrar em greve e os estudantes não recebem bolsas do Artigo 170. E o governador só viaja. Na coletiva do último intervalo, além de esbravejar contra jornalistas que não rezam por sua cartilha, condicio-

nou a solução dos salários dos praças da PM ao sucesso de uma nova investida contra a conta única do Judiciário. Este capítulo, aliás, parecia estar encerrado. Além de inconstitucional, a medida é repudiada pela magistratura e mal vista pela sociedade. Indiferente, no entanto, ao murmúrio das ruas, o governo segue sua caminhada singular, como se compromisso maior não tivesse com o Estado. Nem com a educação, nem com a saúde (a famosa "ambulancioterapia" só tem crescido), nem com os transportes, nem com a segurança. Os salários da polícia, dos professores e funcionários, embora pagos em dia, ainda são tratados, quando são, com abonos.

Enquanto amarra um problema a outro, empurra com a barriga soluções que deveriam ter sido encontradas no primeiro ano. O tempo passa e nada se resolve. O governo não põe a funcionar sua base tradicional e consagrada. Ao contrário, quer desfazer-se dela. O governante pensa em inovar, ou confundir. "Vamos reduzir as despesas meio e aprofundar a descentralização", diz. O que significa enfraquecer a atividade fim nos órgãos centrais, reduzindo o corpo técnico, para inchar as regionais com novos cargos para novos "aspones". Aos catarinenses, como a parlamentares que os representam, resta se quedar estarecidos com a criatividade, especialmente porque, aos dois anos, o governo ainda não mostrou a que veio.

Deputado Antônio Ceron (PFL)

A agricultura que deveria ser sustentável

A agricultura tem passado por diversas transformações, contemplando a área de seleção de plantas, melhoramento genético, expansão da fronteira agrícola, uso intensivo da mecanização agrícola em substituição à mão-de-obra e, finalmente, a utilização indiscriminada de agrotóxicos, contaminando o solo, a água e os alimentos. Diante do novo panorama, ao longo da década de 80, criou asas a idéia de uma nova agricultura integrada a projetos de desenvolvimento sustentável.

Embora falar de sustentabilidade tenha um ar de modismo, na verdade a questão precisa ser entendida e tratada como uma necessidade, ou seja, como a melhor estratégia a ser adotada para satisfazer as demandas do mundo atual sem comprometer as gerações futuras. A sustentabilidade da vida sobre a Terra passa, também, pela equação dos problemas relacionados à desigual distribuição das riquezas entre países e pela erradicação da miséria.

A miséria, rural e urbana, que reproduz a ignorância e multiplica a violência, é uma ameaça ao meio ambiente e à própria humanidade. A população do Oeste catarinense, da área de atuação da Diocese de Chapecó, é constituída por mais de 700 mil indivíduos. Destes, segundo dados apurados na elaboração do mapa da fome, cerca de 200 mil não

têm atendidas suas necessidades de alimentação, e, em consequência, estão física e mentalmente limitados para exercer uma atividade produtiva. Sofrem eles e a economia regional. Para eles, o que importa a sustentabilidade dos recursos naturais para preservar a vida de futuras gerações, se a sua própria geração não consegue sobreviver?

Ademais, para se obter um desenvolvimento ecologicamente sustentável, economicamente rentável e socialmente justo, é preciso buscar o equilíbrio entre as necessidades de preservação e de exploração dos recursos naturais, de forma que os pobres que sobrevivem da exploração desses recursos não permaneçam excluídos. Na maioria das vezes o agricultor causa danos à natureza sem sabê-lo, e o faz em razão da necessidade de sua própria sobrevivência. Suas limitações econômicas não permitem acessar as novas tecnologias, adquirir as ferramentas indispensáveis para produzir e preservar os meios de produção, quase sempre finitos e vulneráveis.

Neste contexto, deveria prevalecer a sensibilidade dos setores mais abastados da nossa sociedade, senhores, não só da riqueza, mas também responsáveis pela maior parcela da destruição ambiental, que, se não for devidamente estancada, afetará a nossa própria sobrevivência.

Deputado Pedro Baldissera (PT)

Músicos catarinenses entregam projeto

O Plenário amanheceu respirando e vivendo música na última segunda-feira (22). Artistas catarinenses se reuniram para comemorar o seu dia e de sua padroeira, Santa Cecília, e também para entregar às presidências do BESC e da Alesc um projeto de apoio à produção e divulgação de CDs dos artistas que atuam em Santa Catarina.

Participaram do programa Santa Catarina Canta e Encanta Especial, apresentado pela TV AL, músicos como Cláudia Barbosa, Denise Castro, Sandra Koerich, Fernando Bahia, Sílvia Beraldo, Silênio, Luiz Gama, Marcoliva, Airton Ferrone e Polyphonia Khoros. Eles mostraram a arte e a cultura daqueles que sobrevivem da atividade e cantam as belezas de nossa Ilha e de nosso Estado. A proposta de elaboração do Projeto Som da Gente e a busca de parcerias para garantir a produção e a divulgação da música feita em solo catarinense foi apresentada pela senadora Ideli Salvati (PT-SC) a 50 músicos que participaram de um encontro em Florianópolis, no último dia 12, quando foi elaborada a proposta do projeto.

"A produção musical feita em Santa Catarina é de alta qualidade e vem conquistando a aceitação de boa parte

do público. E pensamos buscar o apoio do BESC como primeiro parceiro. Se o banco da terra da gente não pode patrocinar o sonho da gente, a gente tem que mudar esse slogan. Mas também temos o aceno da RBS, que também pode ser parceira junto com a Alesc e outras instituições", observou a senadora. Ela ressaltou que a maioria dos artistas que faz música no Estado, independente de seu local de origem, enfrenta muitas dificuldades para produzir e divulgar seu trabalho. Por isso, veio a idéia do projeto, que vai permitir ainda o aparecimento de novos talentos.

O presidente do banco, Eurides Mescolotto, ao receber o projeto anunciou que o que foi apresentado está enquadrado nas propostas da instituição. "Vamos levar à apreciação da diretoria", enfatizou. A proposta pretende priorizar a produção e divulgação de composições próprias ou releituras de artistas catarinenses. Os CDs seriam apresentados em séries e cada uma delas abrangeria um estilo musical a ser determinado no momento da publicação dos editais de inscrição dos músicos. O projeto também foi entregue ao assessor especial da presidência da Alesc, Derci Pasqualotto. (CA)

Mostra Catarinense de Cinema e Vídeo



A partir do dia 30/11
- todos os dias - 22h

Na estréia, **Novembrada**, de Eduardo Paredes, e **Victor Meirelles - Quadros da História**, de Penna Filho

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Genésio Goulart (PMDB)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Felipe Antônio Damo, Felipe Nunes, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Luciana Pons, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Prog. Antonieta de Barros: Luciana Machado e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Imigrantes italianos em destaque

(fotos Solon Soares)

As famílias de origem italiana residentes em Santa Catarina motivaram a realização de sessão solene, na segunda-feira (22), na abertura do I FIBI (Fórum Internacional Brasil-Itália) de 22 a 26, em Joaçaba. A sessão foi proposta pelo deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) e presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL), vice-presidente da Assembléia. Participaram da homenagem o ministro conselheiro da Embaixada da Itália no Brasil, Ricardo Guariglia, o secretário do Desenvolvimento Regional de Joaçaba, representando o governador, Raul Furlan, o prefeito de Joaçaba, Armino Haro Neto (PMDB), o reitor da Unoesc, Aristides Cimadon, o cônsul da Itália para o Paraná e Santa Catarina, Mario Trampetti, e os deputados Antônio Ceron (PFL), Dionei Walter da Silva (PT) e Jorginho Mello (PSDB).

O Fórum, destinado a estreitar as relações entre Brasil e Itália e ancorado no tema "Separados por um oceano, unidos por um ideal", foi promovido pelo Neita (Núcleo de Estudos Italianos) da Unoesc em parceria com o Fórum Ítalo-brasileiro da Alesc, presidido pelo deputado Peninha. Segundo os organizadores, de toda a população das regiões Oeste e Meio-oeste catarinense, 70% são imigrantes italianos.

"Estou satisfeito pela rapidez da organização e da dimensão do evento e também por poder homenagear essas famílias que tanto contribuíram para o Estado. Essa brava gente que aqui persistiu, que se obrigou a trocar a civilização já aprendida para pegar no cabo da enxada, são estes que queremos homenagear. É hora de unirmos forças para colher das sementes plantadas os frutos da solidariedade", disse Peninha, no início da sessão.

O cônsul Mario Trampetti disse que a sessão foi muito importante por mostrar os valores italianos aqui fundados. "Santa Catarina é um modelo de relação com



Aristides Cimadon e o deputado Peninha



Grupos típicos apresentaram-se na sessão solene que abriu o Fórum Brasil-Itália

os estados italianos e quero agradecer muito por isso", concluiu. Os deputados também falaram em nome de suas bancadas. Antônio Ceron, líder do PFL, descendente de italianos, disse que o Fórum dá a oportunidade de rever amigos e reviver momentos felizes. "Essa história faz parte de todos nós, é comum a todos nós. E devemos cultivá-la com muito carinho". Jorginho Mello cumprimentou a Unoesc pela coragem de aumentar os vínculos entre os dois países que, juntos, formaram novas parcerias.

Durante a sessão, as famílias Bonamico, De Dea, De Marco, Dorini, Ferret-

ti, Giusti, Leoni, Parizotto, Perozin e Zancanaro foram homenageadas por serem pioneiras na imigração e colonização italiana em Santa Catarina e por sua importante contribuição no desenvolvimento econômico, político e cultural do Estado. O reitor da Unoesc, Aristides Cimadon, e o prefeito da Joaçaba, Armino Haro Neto, também receberam placas por serviços prestados.

A sessão solene terminou com um minuto de silêncio, pedido pelo deputado Onofre Agostini para homenagear os precursores da colonização italiana em terras brasileiras. (GMP)

Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

O Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência foi discutido durante todo o último dia 19, no Plenário Osni Régis. A proposição foi feita pela deputada federal Luci Choinacki (PT/SC), pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) e com o apoio da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, cuja presidente é a deputada Odete de Jesus (PL).

Presentes ao debate, Santos Fagundes, assessor do senador Paulo Paim (PT/RS) - autor do Estatuto -, o representante do Ministério Público, Luciano Carlos de Souza, o diretor da FCEE (Fundação Catarinense de Educação Especial), Salésio Manoel Bastos, a vice-presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Maria de Fátima Souza, e o membro do Coned (Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência), Willian Aparecido da Silva.

A audiência permitiu a elaboração de propostas para modificações no Estatuto, que está sendo discutido na Câmara Federal em várias comissões, inclusive na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da qual a deputada Luci é membro. A previsão é de que o projeto seja votado



Santa Catarina tem mais de 800 mil cidadãos com alguma deficiência

até abril de 2005.

Para Maria de Fátima Souza, os 800 mil cidadãos catarinenses que têm alguma deficiência física necessitam de leis que os assistam. "Nossa entidade luta há quatro anos para garantir a inclusão desses cida-

dãos, pois a deficiência nem sempre impede que a pessoa desenvolva algum tipo de trabalho e colabore com seu crescimento pessoal e da sociedade", argumentou.

O deputado Wilson Vieira - Dentinho fez um breve relato sobre a Lei nº 12.870/

04, de sua autoria, que trata de uma política estadual para promoção e integração social dos portadores de deficiência. O Estatuto também visa à equiparação de oportunidades, o amparo à saúde, educação e trabalho.

Conforme Salésio Manoel Bastos, o Estatuto virou uma necessidade, já que não se pode contar com a solidariedade da maioria. "Nossa arma são as leis, mas elas só surtem efeito quando cumpridas e por isso debates como este são tão importantes", disse.

Depoimentos - Vários participantes relataram suas experiências na audiência. "Estudava em um colégio particular, graças a uma bolsa prêmio que ganhei aos 7 anos. Porém, aos 9, fiquei cego e a escola achou que a melhor saída era me mandar para casa", contou Santos Fagundes. A realidade da estagiária do Programa Antonieta de Barros, da Assembléia Legislativa, Vanessa Peres, mudou após ingressar no programa. "Dentro da Assembléia circulo de cadeira de rodas, mas quando saio uso muletas e tenho dificuldades para pegar ônibus", comentou. (TK/DAB)

Gravidez na adolescência em debate

Tatiana Kinoshita

A Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Clésio Salvaro (PSDB), realizou na tarde do último dia 18, no Plenário, audiência pública sobre gravidez precoce, convocada pela deputada Ana Paula Lima (PT), que precisou viajar a Brasília e não pôde presidir os trabalhos. A sessão foi conduzida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT) e também contou com a participação da secretária adjunta da Secretaria Estadual da Saúde, Carmen Zanoto, da enfermeira do Programa do

Adolescente, Elaine Pauly Fernandes, da educadora e sanitária Lisete Contin e da ginecologista especializada em infanto-puberal da Maternidade Carmela Dutra, Maria Dolores Biz Canella. Também compuseram a mesa a coordenadora geral da Rede de Promoções ao Desenvolvimento da Região Sul da UFSC, Maria de Lourdes de Souza, presidente da ONG Casa (Centro de Assessoria à Adolescência) e coordenadora adjunta do Fórum Estadual Permanente da Saúde do Adolescente, Rosângela de Sene e Silva e a mãe adolescente da

comunidade do Monte Serrat, de Florianópolis, e estagiária do Programa Antonieta de Barros da Assembleia Legislativa, Carolina Souza Maia.

A implantação e implementação das ações de saúde para o adolescente em Santa Catarina, como o Projeto Gravidez Precoce, o projeto de plantão nas escolas para atendimento de adolescentes e pais por profissionais treinados e preparados e o Programa para Adolescentes nas Unidades Públicas de Saúde foram alguns dos temas abordados.



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Em cinco anos, mais de 62 mil bebês nasceram, filhos de meninas entre 10 e 14 anos

Índices são alarmantes

O deputado Dionei leu um texto elaborado pela deputada Ana Paula, no qual afirma que esta audiência é uma resposta ao compromisso assumido em maio, pelo mandato parlamentar, e também para dar continuidade aos debates sobre a questão da gravidez precoce em Santa Catarina. Segundo dados estatísticos do IBGE, nos últimos 20 anos aumentou em 15% o número de adolescentes grávidas no Brasil. A cada ano, 700 mil garotas de 15 a 19 anos se tornam mães e em Santa Catarina a situação não é diferente. Em cinco anos, entre 1999 e 2003, foram con-

tabilizados 62.905 nascimentos de bebês filhos de meninas entre 10 e 14 anos no Estado.

“Coincidência estarmos aqui reunidos, justamente uma semana após a notícia de que uma menina de 10 anos deu à luz, em Lages, a um bebê, cujo pai é um jovem de 18 anos. Com este caso, Santa Catarina passa a dividir o triste recorde, que até agora pertencia à Bahia, de ter o registro da mais jovem mãe brasileira”, disse o deputado.

Segundo Carmen Zanoto, a Secretaria de Estado da Saúde pretende firmar parcerias

com os municípios e assim tentar diminuir a gravidez precoce entre meninas de 10 a 19 anos.

Conforme dados do diretor de Ações da Secretaria da Saúde, Roberto de Souza, o fator econômico também influencia o problema da gravidez indesejada. “Há diferenças consideráveis entre um município e outro. Existem cidades, como Blumenau, cujo patamar está em 13%, e outros, como municípios do Oeste, que somam até 25% de grávidas adolescentes entre o total de mães que dão à luz durante o ano”, informou.

Programas de ajuda

A enfermeira Elaine Pauly Fernandes é uma das integrantes do Programa do Adolescente da Secretaria de Estado da Saúde. Criado em 1990, tem por finalidade ajudar adolescentes grávidas com suporte médico, através de ginecologistas e psicólogos, assim como pediatras para os bebês. Esses profissionais tratam de distúrbios alimentares, doenças sexualmente transmissíveis, problemas de relacionamento familiar e escolar.

A educadora e sanitária

Lizete Contin informou a existência de 12 pólos de Educação Permanente do SUS, espalhados pelo Estado, que fazem o trabalho de capacitação profissional, atendendo, entre outras coisas, a gravidez na adolescência. No entanto, é necessário atendimento diferenciado e exclusivo para adolescentes. “Só através de programas de informação conseguiremos mudar o contexto atual”, assinou a ginecologista Maria Dolores, endossada pela presidente da ONG Casa, Rosângela de Sene e Silva.

Secretário da Saúde dá explicações

Em audiência pública realizada na manhã de quarta-feira (24), pela Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Clésio Salvaro (PSDB), o secretário de Estado da Saúde, Dado Cherem, prestou esclarecimentos sobre as denúncias de ambulância em Santa Catarina. A solicitação da audiência partiu do deputado Francisco Küster depois de ouvir manifestações em Plenário dos deputados Afrânio Boppré (PT) e Antônio Ceron (PFL).

Na semana passada, Boppré foi à tribuna manifestar-se sobre a continuidade do problema, que resulta em dezenas de ambulâncias que chegam diariamente à Capital com pacientes a procura de consultas, exames e cirurgias. “É impressionante o número de ambulâncias que chegam à em Florianópolis e a situação em que viajam os pacientes para conseguir consultas, exames ou cirurgias aqui. Os nossos hospitais estão sempre lotados e às vezes não dão

conta de atender”, denunciou, e apresentou um vídeo mostrando a rotina dos hospitais e motoristas de cidades interioranas que contam o sacrifício e o sofrimento vivido pelos pacientes. Ceron e Ponticelli engrossaram o coro de denúncias e solicitaram que a Comissão de Saúde fizesse blitz nos hospitais para averiguar a situação. Diante desse quadro, Küster solicitou a audiência pública para “aparar as arestas” e buscar encaminhamentos que ao menos amenizem o quadro atual.

Durante a audiência, o diretor de Planejamento da Secretaria da Saúde, Flávio Magajewski, mostrou as ações da Secretaria no atual governo e as conquistas que o setor obteve nesses dois anos. O secretário, em seguida, foi sabatinado pelo deputados. “Realmente, conhecemos esse problema e acreditamos que, com a descentralização dos serviços para as secretarias regionais, essa situação seja minimizada. Já sentimos essa

evolução. Já vimos isso no aumento dos números de leitos e também que, dos 41 credenciamentos do Ministério da Saúde, apenas um foi para a capital. Isso demonstra que estamos partindo para a descentralização. Mas existem outros fatores. A falta de profissionais no interior também é grande. No Oeste, só temos um oftalmologista para atender 12 municípios. Não há outra saída”, justificou, salientando ainda o fator “questão cultural”. Os pacientes optam por buscar atendimento em Florianópolis porque acreditam que aqui estão os melhores especialistas.

Cherem ressaltou que espera que o problema seja resolvido em breve mas recebeu o alerta de Boppré, que aguarda que as discussões sobre o projeto de reforma que o governo está envi-



(foto Carlos Kilian)

Dado Cherem e os deputados Clésio Salvaro e Ana Paula Lima

ando para a Alesc seja feito à luz da Secretaria da Saúde. Também participaram da audiência os deputados José Paulo Serafim (PT), Simone Schramm (PMDB) e Ana

Paula Lima (PT), assessores da Secretaria de Estado da Saúde e diretores do Hospital São José e São João Batista, ambos de Criciúma. (CA)

Jornada discute violência infanto-juvenil

(foto Solon Soares)

Uma parceria entre a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Odete de Jesus (PL), Ministério Público Estadual e FMSS (Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho), Joinville sediou, durante todo o dia de quinta-feira (18), a 1ª Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegida contra a Violência e a Exploração Infanto-juvenil. Ao final, os participantes formularam uma carta-compromisso com propostas para nortear ações públicas e privadas de proteção à criança e ao adolescente.

Participaram o procurador de Justiça e coordenador geral do CIJ (Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude) do Ministério Público, Aurino Alves de Souza, o representante da Fundação Maurício

Sirotsky Sobrinho em Santa Catarina, Miguel Benjamin Minguillo Neto, a gerente de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente da Secretaria do Desenvolvimento Regional de Joinville, Sílvia Baumer de Souza, conselhos tutelares, conselhos municipais da criança e do adolescente da região Nordeste, Organizações não-governamentais, autoridades municipais, entre outros.

“Como presidente da Comissão dos Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, fico muito feliz em ver a comunidade joinvillense unida, juntamente com a As-



Grupo Peti-Adra (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) emocionou os presentes

sembléia, Ministério Público e a Fundação Maurício Sirotsky para contornar as situações que envolvem a criança e o adolescente na região e a busca de so-

luções para os problemas”, afirmou a deputada Odete de Jesus. Projeto de sua autoria - determinando que todas as escolas coloquem nas salas de aula car-

tazes com o número do Disque Denúncia para maus-tratos, assédio ou qualquer tipo de violência contra a criança e o adolescente - está sendo apreciado pelo legislativo. Juntamente com o deputado Lício Mauro da Silveira (PP), pretende conhecer as formas de ensino e educação que são oferecidos aos sem-terra. Mais de 200 pessoas acompanharam o evento em Joinville, que durou mais de oito horas.

A Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegida Contra a Violência e a Exploração Infanto-juvenil será realizada ainda nos municípios de Lages (30/11), Chapecó (7/12), Itajaí (9/12), Criciúma (14/12) e Florianópolis (16/12). (CA)

Justiça aprova criação de cargos no MP

Em reunião ordinária na terça-feira (23), a Comissão de Justiça, presidida pelo deputado Julio Garcia (PFL), aprovou, entre outras matérias, o Projeto de Lei nº 27/04, do Ministério Público, que cria 276 cargos comissionados de Assistente de Promotoria de Justiça - um para cada Procuradoria de Justiça de Santa Catarina. Para ser contratado será necessário que o postulante seja bacharel em Direito. Segundo a justificativa do projeto, os novos contratados vão auxiliar nas atividades desenvolvidas pelos promotores de Justiça do Estado, que enfrentam o acúmulo de trabalho e poucos funcionários para trabalhar no setor.

Além disso, a CCJ aprovou ainda as seguintes propostas:

- Projeto de Lei nº 21/04, de origem governamental, que transfere vagas do quadro de praças combatentes para o quadro especial de cabos e terceiros-sargentos da Polícia Militar de Santa Catarina;

- PL nº 129/04, de autoria do deputado Francisco de Assis (PT), que veda a cobrança de pedágio pelos

órgãos municipais, de trânsito de veículos visitantes ou de serviço de transporte turístico intermunicipal, quando em circulação em municípios diferentes dos que estejam registrados;

- Diligência à Secretaria da Saúde ao Projeto de Lei nº 411/04, do deputado Djalma Berger (PSDB), que obriga o uso de desfibrilador (equipamento usado para reanimação cardíaca) em locais externos de fácil acesso, especificamente em estádios de futebol, ginásios de esportes, academias de ginástica e casas de espetáculos;

- Diligência à Secretaria da Agricultura ao Projeto de Lei nº 341/04, de autoria do deputado Pedro Baldissera (PT), que estabelece compensação financeira pelo Estado aos agricultores que explorem áreas rurais em regime de economia familiar;

- Projeto de Resolução nº 12/04, da deputada Simone Schramm (PMDB), que cria na programação da Rádio e da TV da Assembléia Legislativa o espaço institucional “Minuto da Mulher”, para uso do Conselho Estadual da Mulher, criado em 1998. (RMPP)

Homossexuais devem ter delegacias especializadas

(foto Solon Soares)

A proposta para a criação de delegacias especializadas em crimes contra homossexuais será encaminhada à Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão. A decisão foi comunicada pelo presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), ao final da audiência pública realizada na noite de terça-feira (23), em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa, presidida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), que havia recebido inicialmente o pedido para a discussão do assunto.

Por solicitação do deputado Lício Mauro da Silveira (PP) também será encaminhada moção ao governo do Estado para que seja abordada a formação de policiais civis e militares e solicitado nas escolas o respeito e o atendimento às minorias formadas por gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros.

“A educação desde a base irá preparar melhor as pessoas para aceitarem as diferenças, sem criar tabus e nem discriminação”, acredita Lício. O parlamentar também defende que a implantação das delegacias especializadas deva ser ampliada para o cenário nacional, como uma política federal, e de forma a ter mais força. “Temos que ter o ser humano como foco cen-



Estado foi acusado de negar a existência dos homossexuais

tral a ser observado”, alertando porém para o risco desta iniciativa ser usada como forma de discriminação.

Para a presidente da Associação de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, Márcia Júlia Floriano, esta é uma das ações na luta contra o preconceito e discriminação contra os homossexuais. “A manifestação desta aversão é expressada por uma enorme parcela da sociedade através da violência física e psicológica e mesmo assassinatos brutais em larga escala”, salientou. De acordo com ela, o Estado praticamente se nega a aceitar a existência da homossexualidade, o que torna difícil estabelecer números

exatos do índice de violência praticada contra o segmento.

Em um levantamento da Associação, são citados 42 assassinatos de homossexuais entre 1996 e 2003, nas cidades de Blumenau, Florianópolis e Joinville. O deputado Dentinho também relatou exemplos de ocorrências envolvendo homossexuais, cuja população hoje no Brasil estima-se entre 6% e 10%. “Todos merecem dignidade e respeito, independente da orientação sexual, enfim, um tratamento sem discriminação como determina a Constituição. O Estado também deve ter o compromisso de oferecer atenção e acompanhamento a todos que foram vítimas desta violência”. (SD)

Aids: assunto de família

Denise Arruda Bortolon

Em outubro de 1987, a OMS (Organização Mundial da Saúde), com o apoio da ONU (Organização das Nações Unidas), definiu o dia 1º de dezembro como o Dia Mundial de Luta Contra a Aids. O objetivo é fazer da data um mecanismo de reforço à solidariedade, à compreensão e ao fim do estigma e do preconceito. Passaram-se 20 anos desde a notificação do primeiro caso de Aids (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida), em Santa Catarina, em 8 de agosto de 1984.

Nesse mesmo ano, começou a mobilização para o enfrentamento da epidemia, com a parceria e a união de forças entre o poder público e a sociedade civil. Para a coordenadora estadual de DST/Aids (Doenças Sexualmente Transmissíveis), Iraci Batista, é importante lembrar que mudar o curso da epidemia passa essencialmente pela mudança de comportamento, que é um processo em construção. E a doença não está restrita mais a "grupos específicos".

A Aids não escolhe raça, idade, sexo ou classe social. Por este motivo, as secretarias de Estado da Saúde e da Educação estão trabalhando na campanha "Aids é assunto de família, maior risco é não falar nela", para fomentar a discussão das implicações da doença no contexto social e as diversas formas de entendimento que a sociedade tem de família. Este tema está sendo trabalhado continuamente em todas as ações de prevenção nos serviços de saúde durante os anos de 2004 e 2005.

AL Notícias – Qual é o objetivo desta campanha?

Iraci Batista – O objetivo do dia 1º de dezembro, Dia Mundial de Luta Contra a Aids, é trabalhar a questão do preconceito e do estigma que ela carrega. Porque, além dela ter uma sobrecarga cultural, também tem a biológica. É uma doença que sofre o estigma cultural, que é o preconceito.

AL Notícias – Qual será a estratégia utilizada pelas secretarias envolvidas nesta campanha?

Iraci Batista – Produzimos uma carta direcionada especificamente para os professores de escolas públicas estaduais e municipais, de ensino fundamental e médio, e outra dirigida especificamente aos



(foto: Solon Soares)

profissionais que atuam no PSF (Programa de Saúde na Família). Para as escolas da rede privada, estaremos enviando por intermédio do sindicato. Não temos verbas para trabalhar com todos. Quanto às faculdades, estaremos construindo parcerias com a Udesc e com a UFSC, que são as duas únicas faculdades públicas do Estado. Também encaminharemos todo o material para a Acafe, que trabalha a questão das universidades privadas. O Estado não desenvolve uma ação direta. Ele não vai estar em Dionísio Cerqueira distribuindo folheto, mas ele tem que facilitar, implantar uma política de prevenção naquele município para execução direta da Secretaria Municipal da Saúde.

AL Notícias – Porque o tema "Aids é assunto de família, maior risco é não falar nela"?

Iraci Batista – Esse tema foi escolhido pelo segundo ano consecutivo porque abrange tudo. Abordamos a questão do adolescente, da mulher casada e da terceira idade, a família, a relação homossexual, a heterossexual, desde que tenha a questão da ligação, de um sentimento envolvido. A idéia é diminuir a questão do estigma e do preconceito, porque a Aids não está mais distante das famílias. Então, precisamos trabalhar e discutir a questão da sexualidade.

AL Notícias – A Secretaria Estadual da Saúde está trabalhando neste momento com campanhas de prevenção?

Iraci Batista – A Secretaria de Estado da Saúde não trabalha especificamente com ações de campanha, essas ações já estão inseridas nos serviços. O Estado e a Secretaria escolheram como prioridade duas campanhas: o carnaval e o 1º de dezembro. Somente estas duas datas, mas trabalhamos com ações inseridas nos demais serviços.

AL Notícias – A Aids

é a maior epidemia do Estado?

Iraci Batista – Nós temos em nosso banco de dados os casos notificados, mas somente aqueles em que a doença está manifestada. Não temos o controle dos casos de contaminação pelo HIV, quando a pessoa não apresenta sintomas. Os casos notificados em adultos totalizam 13.943, e em crianças, de 0 a 13 anos, são 769. É importante registrar que Santa Catarina segue a tendência da epidemia no Brasil, com sua interiorização, com aumento de casos da doença em municípios de pequeno porte, não estando mais concentrada no litoral ou nos grandes municípios. Houve a pauperização da doença. No início da epidemia, eram atingidas pessoas com escolaridade alta, com terceiro grau. Hoje, as pessoas que estão sendo infectadas com o vírus têm de três a cinco anos escolares concluídos apenas. Houve também o aumento do número de casos em mulheres, a chamada feminização da doença.

AL Notícias – Quem são essas mulheres?

Iraci Batista – São mulheres casadas, com parceiros fixos. Por isso se trabalha muito sobre o uso do preservativo como um método seguro de prevenção, sempre em parceria com as escolas e secretarias municipais. Também se está abordando a sexualidade na infância.

AL Notícias – Quais as ações da Secretaria para o tratamento da doença?

Iraci Batista – Em Santa Catarina, as secretarias municipais têm uma boa estrutura na parte de assistência, que é a parte que envolve diagnóstico e tratamento. O diagnóstico trabalha com a liberação de recursos pelo Ministério da Saúde, que são pactuações, ou seja, definindo as responsabilidades do Município, do Estado e da esfera federal. O Estado também compra preservativos, medicamentos para DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e para doenças oportunistas. O que realmente intriga é por que temos toda essa estrutura de assistência no Estado e ainda se verifica uma taxa de incidência alta de novas infecções. É um momento de reflexão e de rever a questão da prevenção.

AL Notícias – Trinta e três cidades do Estado recebem recursos para as DST/ Aids. Existe algum critério especial para isso?

Iraci Batista – Existem critérios de seleção, perfil epidemiológico e números de casos de Aids notificados e estrutura de serviço. Por que alguns recebem? Vou citar como exemplo o mu-

nicipio de Chapecó. Ele constrói um plano de ações e metas, se programa e vai receber um recurso X destinado às suas ações de prevenção de assistência e de desenvolvimento institucional, que é a questão da vigilância epidemiológica e aí também entra a parceria com a sociedade civil. O Estado recebe um valor e tem que repassar, desse valor, 10% para projetos da sociedade civil.

AL Notícias – Após 20 anos de epidemia, o que pode ser feito para que esses números diminuam ainda mais?

Iraci Batista – O Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, está trabalhando o dia 1º de dezembro como momento de reflexão. Então, todas as ações de reflexão estão inseridas nas rotinas de serviço. Com vinte anos de epidemia é momento de análise crítica porque nós temos muito ainda a avançar. Avançamos, mas é muito mais um momento de reflexão, de rever estratégias, pois em 20 anos o nosso Estado tem uma das taxas de incidências mais altas de contaminação e de taxas de mortalidade também.

AL Notícias – No relatório final da 4ª Conferência Estadual da Saúde, realizada no ano passado, constou a viabilização do teste rápido para o HIV nos hospitais, maternidades e postos de saúde e também o considerado fenômeno da pauperização progressiva da epidemia, já com encaminhamento para manutenção e ampliação do tratamento. O que foi feito do ano passado para cá?

Iraci Batista – O teste rápido não é considerado diagnóstico. É utilizado dentro dos hospitais, CO (Centro Operatório) ou para acidente ocupacional. O Ministério da Saúde está validando, fechando, provavelmente até março, o logaritmo do teste rápido, passando a ser diagnóstico, até por questão de acesso mais fácil do diagnóstico para a população em geral.

AIDS em SC

Desde 1984, foram notificados 14.727 casos

Adultos - 13.964
Sexo Masculino - 9.179
Sexo Feminino - 4.758
Crianças (até 13 anos) - 763

- o primeiro caso notificado entre crianças foi em 1988. O número de casos foi ascendente até 1997, quando começou a apresentar declínio.

- o primeiro caso notificado da doença em Santa Catarina ocorreu em 1984, em um homem (homossexual) residente no município de Chapecó. Dos 293 municípios catarinenses, 209 já notificaram pelo menos um caso, o que corresponde a 71,3% do total de municípios no Estado.



SANTA CATARINA
20 ANOS DE LUTA CONTRA A AIDS

Orçamento 2005 e revisão do PPA 2004/2007

(foto Carlos Kilian)

A Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL), realizou na manhã de quarta-feira (24), audiência pública no Plenário Osni Régis, para a qual foram convocados os conselheiros do Orçamento Regionalizado e secretários de Desenvolvimento Regional das 29 regionais de Estado. O objetivo foi discutir o encaminhamento das emendas ao Orçamento 2005 e a revisão do Plano Plurianual (PPA 2004/2007), no entanto, a participação foi abaixo do que esperavam os parlamentares.

Além de Kleinübing estiveram presentes os deputados Antônio Carlos

Vieira - Vieirão (PP), Ana Paula Lima (PT), César Cim (PDT), Rogério Mendonça-Peninha (PMDB), Djalma Berger (PSDB), Manoel Mota (PMDB) e Wilson Vieira - Dentinho (PT) - este último, autor da proposição que resultou na audiência pública. "O governo deveria ter realizado até o mês de agosto uma reunião com os conselheiros e secretários regionais para que fossem escolhidas as prioridades entre as prioridades do que foi relacionado nas audiências do Orçamento Regionalizado, mas infelizmente isso não ocorreu". Conforme o Diretor de Orçamento do Estado, Romualdo Goulart, a reunião não aconteceu porque todas as demandas apontadas pelas regionais

foram incluídas na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). "Quando a LDO foi publicada o prazo já havia se esgotado", justificou.

A maior reclamação do encontro foi a exclusão, tanto do Orçamento 2005 quanto do PPA, das prioridades apresentadas pelas regiões durante as audiências públicas promovidas pela Assembleia no ano passado e neste ano. A prioridade número um em Joaçaba, por exemplo, conforme o conselheiro Regional, Sérgio De Carli, é a implantação do hospital regional para atendimento de urgência e emergência e demais especialidades médicas. "Essa obra não consta na revisão do PPA e nem no Orçamento do ano que vem e solicitamos que ela seja incluída através de emenda parlamentar". (RMPP)



Participantes reclamaram da exclusão das prioridades escolhidas pelas regiões

O que disseram os parlamentares:

- "Se o Estado não tiver recursos disponíveis, não dá para realizar o Orçamento Regionalizado. As demandas só poderão ser executadas se tiver dinheiro. Não dá para tapar o sol com a peneira". *Antônio Carlos Vieira (PP)*

- "Estamos vigilantes e presentes para que as necessidades sejam implementadas, para um Orçamento mais justo e equilibrado. Precisamos de medidas sérias, coerentes". *Djalma Berger (PSDB)*

- "Desde que foi criado, o Orçamento Regionalizado continua sendo uma ficção, um jogo de faz de conta. Defendo que o governo destine um determinado valor à Assembleia para que nós, deputados, possamos percorrer cada região do Estado para ver o que é possível ser aplicado". *Rogério Mendonça-Peninha (PMDB)*

- "Quero manifestar meu inconformismo com a região de Curitiba, que mais uma vez está sendo preterida. A principal prioridade, que é a criação de uma escola técnica profissio-

nalizante, não está incluída no Orçamento e nem no PPA. Isso é uma injustiça". *Onofre Agostini (PFL)*

- "O ideal é conciliar as prioridades regionais com a disponibilidade financeira, mas isso não é possível. Na medida em que há disponibilidade financeira, outras prioridades vão surgindo. É como a fé e o amor: quanto mais você tem, mais você quer". *César Cim (PDT)*

- "Essa audiência pública não avançou em nada. Foi apenas uma leitura do que foi feito no Orçamento Regionalizado. Nossa luta agora são as emendas que garantam o que foi definido no OR, para que sejam incluídas no Orçamento 2005". *Ana Paula Lima (PT)*

- "Houve resistência do governo para participar das audiências. Temos que continuar lutando para que se cumpra o Orçamento Regionalizado". *Wilson Vieira - Dentinho (PT)*

- "O processo está funcionando. Na região Sul algumas obras das que foram elencadas estão sendo cumpridas". *Manoel Mota (PMDB)*

Zootecnia continua em Chapecó

O curso de Zootecnia continua em Chapecó. Esse foi o resultado da audiência pública, da Comissão de Educação, realizada no dia 24 de novembro, no Clube Industrial, naquele município. Solicitada pelo deputado Reno Caramori (PP) e presidida pelo presidente da Comissão, deputado Paulo Eccel (PT), estava lotada de estudantes dos cursos de Zootecnia, Enfermagem e Engenharia de Alimentos. Também estavam presentes o reitor da Udesc, Anselmo Fábio de Moraes, o diretor geral do CAV (Centro Agroveterinário), Paulo César Cassol, o diretor geral do Centro de Educação do Oeste, Antônio Wladimir da Silva, e os deputados Herneus de Nadal (PMDB), Pedro Baldissera (PT) e Reno Caramori (PP), além de vereadores do município e representantes da UCE (União Catarinense de Estudantes).

Depois de muitas manifestações, a Comissão de Educação resolveu averiguar como estavam as discussões sobre o assunto. Segundo Caramori, a reunião não seria de críticas, nem partidária, e sim para acabar com qualquer dúvida de todos. "Nós buscamos esclarecimentos e queremos que o nosso

aluno aqui do Oeste estude com tranquilidade. Se analisarmos bem, Lages está puxando o peixe para o seu lado. Temos muitas razões para manter o curso aqui no Oeste." O parlamentar referia-se ao fato do Oeste catarinense ser a maior fazenda experimental do Estado. Segundo estatísticas apresentadas pelo deputado, da produção da região, 77% são de carne suína e 44% de carne bovina, além de outros recordes em produção.

O diretor geral do CAV afirmou que não quer criar nenhuma polémica. Somente queria ampliar os cursos da unidade que está estagnada. Já o diretor geral do Oeste, Antônio Wladimir da Silva, disse que o curso funciona em Chapecó desde março deste ano e ele não entende o porquê dessa solicitação da mudança de local. "Eu concordaria se fosse solicitado mais um curso de Zootecnia no Estado", afirmou. O reitor da Udesc garantiu que os cursos no Oeste estão "sacramentados", enquanto o deputado Herneus de Nadal assegurou que o parlamento "vai trabalhar para fortalecer a presença da universidade na região". (GMP)

(foto Alberto Neves)



Mobilização dos estudantes garantiu permanência do curso na cidade

Agenda

Dia 29, 14 horas - Leitura do relatório final da CPI da Udesc

Local: Plenário

Dia 29, 19 horas - Sessão solene em homenagem aos 25 anos da Cidasc

Local: Plenário

Dia 30, 19 horas - Sessão solene em decorrência dos 25 anos do episódio "Novembrada" e lançamento do livro do jornalista Moacir Pereira intitulado "Novembrada: um relato da revolta popular"

Local: Plenário

Dia 1º, 19 horas - Sessão solene em homenagem aos 20 anos da Fundação Certi

Local: Plenário

Dia 3, 9 horas - Abertura do III SECOMLEGIS (Seminário Nacional de Comunicação no Poder Legislativo)

Local: Plenário

Dia 4, 9 horas - III SECOMLEGIS

Preservação da água

Meio-oeste e Alto Uruguai debatem a degradação ambiental

Rose Mary Paz Padilha

A recuperação ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai e a preservação do Aquífero Guarani, através do manejo sustentável dos recursos naturais. Esse é um dos objetivos do Fórum Permanente promovido pela Assembléia Legislativa com o apoio das secretarias de Desenvolvimento Regional, que nos últimos dias 18 e 19 realizaram seminários nos municípios de Joaçaba e Concórdia, respectivamente.

Em Joaçaba, o encontro aconteceu na Unoes (Universidade do Oeste de Santa Catarina) e em Concórdia na Casa da Cultura, reunindo nos dois encontros cerca de 400 pessoas daquelas regiões, entre autoridades estaduais e regionais, representantes da sociedade civil organizada e estudantes.

A Bacia do Rio Uruguai tem área de 385 mil quilômetros quadrados, sendo que 45% estão situados em território nacional,

com população estimada em 3 milhões 845 mil pessoas (dados ano 2000). Em Santa Catarina, é formada pelas bacias hidrográficas do Extremo-Oeste, Meio-oeste, Vale do Rio do Peixe e Planalto Serrano.

O Aquífero Guarani é a principal reserva subterrânea de água doce da América do Sul e uma das maiores do mundo, ocupando área de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, com 840 mil quilômetros quadrados (71%) situados em território brasileiro.

Para o presidente do Fórum, deputado Pedro Baldissera (PT), as iniciativas governamentais não são suficientes para evitar a exploração irracional e a contaminação das reservas naturais de água, provocadas principalmente pelo uso inadequado e pelo acúmulo de detritos em suas fontes de recarga. "A água é uma grande relíquia que precisa ser preservada. Dela dependem todos os seres vivos", alertou.

Segundo o geólogo do Deinfra/SC (Departamento de Infra-Estrutura), Victor Hugo Bicca, há um impasse em relação ao tratamento que é dado à água - se é um direito ou uma necessidade. "Eu entendo que a água deve ser tratada como um direito, de responsabilidade coletiva, onde todos são obrigados a zelar por ela". Ele participou recentemente em Porto Alegre, do II Fórum Internacional das Águas. Uma das conclusões do encontro é a necessidade de haver uma gestão pública das águas da natureza e de seus ecossistemas associados, de forma que contemple a proteção das fontes naturais, a conservação quantitativa e qualitativa da água e o seu uso sustentável e justamente distribuído.



(fotos Carlos Kilian)

Mais de 400 pessoas participaram da audiência em Joaçaba

Dados que impressionam:

- Até o ano 2010, 2 milhões de crianças da América Latina e da África morrerão de doenças causadas por água contaminada;
- 80% das doenças e 30% dos óbitos ocorrem por falta de saneamento básico;
- 15 milhões de crianças morrem a cada ano por falta de saneamento básico;
- 18% da humanidade não tem acesso à água potável;
- 2,7 bilhões de pessoas vão ficar sem água no ano 2025.

Suinocultura é grande poluidor

A principal preocupação no município é com a Bacia do Rio do Peixe, que tem 5 mil quilômetros quadrados e é uma vertente do Aquífero Guarani. O presidente do Comitê Rio do Peixe, professor Adgar Bittencourt, disse que um dos trabalhos desse comitê é o gerenciamento da qualidade e da quantidade de água disponível na Bacia. "Apesar de tudo, o Rio do Peixe é um rio limpo, mas todos são responsáveis pela sua preservação".

Porém, a qualidade dos rios catarinenses, conforme definição do sociólogo da Epagri, Nelson Figueiró, é péssima. "Apesar de sermos um Estado que tem destaque econômico, estamos entre os que têm os piores rios do país". Ele adverte para a poluição causada pelos 54 mil estabelecimentos que criam suínos e que produzem por dia 40 mil metros cúbicos de detritos. Desses estabelecimentos, 5 mil estão localizados no município de Concórdia. "Qual o custo disso para a sociedade?", indagou Figueiró.

Em Concórdia, um dos destaques do seminário foi a palestra do secretário executivo do Projeto Rio Uruguai e Aquífero Guarani, João Manoel Bicca, ligado ao gabinete do governador do Rio Grande do Sul. Bicca informou que o rio Uruguai está morrendo por causa da poluição provocada por detritos humanos e de suínos, agrotóxicos, resíduos industriais e outros. São 4 milhões

de gaúchos em 230 municípios e 2 milhões de catarinenses em 147 municípios que estão na região da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai e que não têm 5% de saneamento básico.

"Toda a poluição da Bacia vai para o Aquífero. Esse é nosso grito de alerta. Ainda não está declarada, mas podem ter certeza de que a guerra da água existe e nesta guerra não haverá vencedores, apenas perdedores", lamentou o secretário. Ele parabenizou o Legislativo pela iniciativa de promover os seminários e criticou o governo catarinense pela falta de

ações concretas que impeçam a poluição dos recursos hídricos. "É preciso acordar o Executivo de Santa Catarina", finalizou.

O presidente do Fórum, deputado Pedro Baldissera, anunciou a realização de diversas audiências públicas em vários municípios no próximo ano para debater o Projeto de Lei nº 292/04, de origem governamental, que regulamenta toda a política de manejo dos recursos hídricos de Santa Catarina, inclusive das bacias hidrográficas. "O assunto é sério e precisa de ampla discussão, já que esse é o caminho para a privatização da água", alertou o parlamentar.



Baldissera: "Ações governamentais não são suficientes"



Em Concórdia: constatação de passivos ambientais gerados pela suinocultura